

INST.FED. SAO PAULO - CAMPUS ITAPETININGA

Estudo Técnico Preliminar 1/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23433.000212.2026-40

2. Descrição da necessidade

Contratação de serviços especializados de Atendimento Educacional Especializado (AEE), em caráter contínuo, com dedicação exclusiva de mão de obra, contemplando profissionais Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Profissionais de Apoio Escolar, com o objetivo de assegurar suporte educacional adequado aos estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE) matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP – Campus Itapetininga.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Itapetininga oferece cursos de níveis médio, superior e pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância, além de cursos de formação inicial e continuada, programas de iniciação científica e tecnológica, bem como ações de fomento a projetos de pesquisa, inovação e extensão. Nesse contexto, a instituição recebe estudantes com diferentes perfis e necessidades educacionais, incluindo discentes que demandam atendimento educacional especializado para garantir condições adequadas de acesso, permanência e êxito no processo de ensino e aprendizagem.

Entende-se como necessidades educacionais específicas (NEE) aquelas relacionadas às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e outros transtornos que demandem adaptações e apoios específicos no processo educacional. A legislação brasileira estabelece diversos dispositivos legais que asseguram o direito à educação inclusiva e à oferta de condições adequadas para o atendimento desse público no sistema educacional.

Dentre os principais instrumentos normativos que fundamentam tal direito, destacam-se: a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); a Lei nº 10.048/2000, que trata do atendimento prioritário; a Lei nº 10.098/2000, que dispõe sobre normas gerais de acessibilidade; a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras; o Decreto nº 5.296/2004; o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei de Libras; a Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras; a Lei nº 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; e a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), entre outros normativos correlatos. Tais dispositivos demonstram o compromisso do ordenamento jurídico brasileiro com a promoção da inclusão social e a garantia de direitos às pessoas com deficiência.

Nesse contexto, destaca-se que o artigo 5º da Lei nº 12.711/2012 estabelece que, em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas devem ser preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva desses grupos na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal política amplia o acesso de estudantes com deficiência às instituições federais de ensino, exigindo destas a adoção de medidas institucionais que assegurem condições adequadas de permanência e aprendizagem.

Adicionalmente, o artigo 59 da Lei nº 9.394/1996 determina que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades, bem como a oferta de professores com especialização adequada para atendimento educacional especializado e de profissionais capacitados para promover a integração desses estudantes nas classes comuns do ensino regular.

No âmbito do Campus Itapetininga, a demanda por atendimento educacional especializado decorre da presença de estudantes regularmente matriculados que apresentam necessidades educacionais específicas e que necessitam de apoio especializado para participação plena nas atividades acadêmicas. Parte desses estudantes demanda mediação comunicacional por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), enquanto outros necessitam de apoio às atividades pedagógicas e de rotina escolar, de forma a garantir sua participação nas aulas, avaliações e demais atividades institucionais.

A identificação dessas demandas e o acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais específicas são realizados no âmbito do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do campus, instância institucional responsável por propor, articular e acompanhar ações voltadas à promoção da acessibilidade e da inclusão educacional. Nesse sentido, o NAPNE atua no levantamento das necessidades de apoio educacional especializado e na indicação de medidas institucionais que garantam condições adequadas de acesso, permanência e participação dos estudantes no ambiente acadêmico.

Verifica-se, entretanto, que o quadro atual de servidores do campus não dispõe de profissionais suficientes com formação específica para atender integralmente às demandas de Atendimento Educacional Especializado, especialmente no que se refere à atuação como tradutor e intérprete de Libras e como profissional de apoio escolar. Ademais, a criação ou provimento de cargos efetivos depende de autorização legal e disponibilidade orçamentária no âmbito da Administração Pública Federal, o que inviabiliza o atendimento imediato da demanda por meio de pessoal próprio.

Dessa forma, a contratação de serviços especializados apresenta-se como alternativa necessária para assegurar o atendimento adequado aos estudantes com necessidades educacionais específicas, garantindo-lhes condições de acesso, participação e permanência no ambiente educacional em igualdade de oportunidades com os demais discentes.

Destaca-se ainda que o apoio prestado por esses profissionais ocorre de forma contínua durante o período letivo, abrangendo aulas, atividades acadêmicas, avaliações e demais atividades institucionais. Por essa razão, faz-se necessária a contratação de profissionais com dedicação exclusiva de mão de obra, de modo a garantir a continuidade, a qualidade e a efetividade do atendimento educacional especializado ofertado pela instituição.

Dessa forma, a presente contratação visa possibilitar à instituição o cumprimento das disposições legais relativas à educação inclusiva, proporcionando aos estudantes com necessidades educacionais específicas as condições necessárias para o pleno desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, em consonância com os princípios da acessibilidade, da inclusão e da garantia do direito à educação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NAPNE-ITP	Jussara Cristina Rodrigues da Silva - SIAPE 2173693

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A solução a ser contratada deverá garantir a disponibilização de profissionais qualificados para a prestação de serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com o objetivo de assegurar suporte pedagógico, comunicacional e de apoio às atividades acadêmicas dos estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE) matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP – Campus Itapetininga.

Os serviços deverão ser executados de forma a promover condições adequadas de acessibilidade, participação e permanência dos estudantes atendidos nas atividades acadêmicas, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes institucionais de inclusão educacional.

Natureza e continuidade do serviço

Os serviços em questão são de natureza continuada, uma vez que são necessários ao desempenho das atribuições institucionais do campus e ao atendimento permanente dos estudantes com necessidades educacionais específicas. A eventual interrupção da prestação dos serviços pode comprometer o acesso, a permanência e o adequado acompanhamento acadêmico desses estudantes.

Considerando essa característica, a contratação deverá assegurar a continuidade do atendimento educacional especializado durante os períodos letivos, acompanhando as demandas pedagógicas e o calendário acadêmico institucional.

Regime de execução

A prestação dos serviços deverá ocorrer em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com disponibilização de profissionais pela empresa contratada para atuação nas dependências do Campus Itapetininga.

Os profissionais deverão cumprir jornada semanal compatível com as necessidades institucionais, podendo abranger os períodos matutino, vespertino e noturno, prioritariamente de segunda a sexta-feira, conforme os horários definidos pela Administração do campus.

Eventualmente, poderá ser necessária a participação dos profissionais em atividades acadêmicas fora do horário regular, inclusive em finais de semana, respeitada a carga horária contratual e mediante comunicação prévia à contratada.

O horário de execução das atividades poderá ser ajustado pela Administração, conforme as necessidades pedagógicas e institucionais, mediante comunicação prévia à empresa contratada.

Articulação com as políticas institucionais de inclusão

A execução das atividades deverá ocorrer em articulação com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Campus Itapetininga, responsável por acompanhar as demandas de acessibilidade e inclusão educacional.

Compete ao NAPNE orientar as estratégias de atendimento educacional especializado, indicar as necessidades de apoio dos estudantes atendidos e acompanhar a execução das atividades desenvolvidas pelos profissionais disponibilizados no âmbito do contrato.

Requisitos de qualificação dos profissionais

Os profissionais disponibilizados deverão possuir formação e experiência compatíveis com as atribuições do Atendimento Educacional Especializado, atendendo às exigências da legislação aplicável, especialmente no que se refere à atuação de tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais.

A - Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa – 30h - CBO 2614-25

O profissional deverá possuir:

Curso de graduação em qualquer área do conhecimento, com especialização (carga horária mínima de 360 horas) na área de Tradução e Interpretação de LIBRAS/Língua Portuguesa, acrescido de, no mínimo, 6 meses de experiência profissional comprovada de atuação na Educação Básica (Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio), realizando serviços de interpretação simultânea em sala de aula;

OU

Experiência mínima de 3 anos na área de Tradução e Interpretação de LIBRAS/Língua Portuguesa, sendo que, desse período, pelo menos 6 meses devem ser de experiência profissional comprovada na Educação Básica, realizando serviços de interpretação simultânea em sala de aula.

OU

Excepcionalmente, na ausência de profissionais disponíveis para a prestação dos serviços, poderá ser contratado um profissional com experiência mínima de 3 meses em interpretação simultânea, desde que aprovado em teste de aptidão a ser realizado pelo IFSP Campus Itapetininga.

A atuação desse profissional deverá observar as disposições da Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais, bem como as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 5.626/2005.

A atuação do Tradutor e Intérprete de Libras deverá restringir-se às atividades de mediação linguística e comunicacional entre a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, não se confundindo com atividades pedagógicas, de apoio escolar ou de cuidado pessoal.

Em atividades acadêmicas de longa duração que envolvam interpretação simultânea contínua, poderá ser adotado regime de revezamento entre intérpretes, quando necessário, a fim de garantir a qualidade da interpretação e preservar as condições adequadas de trabalho.

B - Profissional de Apoio Escolar – 40h - CBO 3222-30 ou família ocupacional correlata (CBO 3222-30 auxiliar de enfermagem OU família de ocupações 5162 Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos OU outro compatível com as atribuições da função)

O profissional deverá possuir ensino médio completo, acrescido de curso de auxiliar de enfermagem ou cuidador, com experiência mínima comprovada de 6 meses em atividades de cuidado ou apoio a pessoas com deficiência ou necessidades educacionais específicas.

Para fins de seleção, deverá ser dada preferência a profissionais que possuam formação na área de auxiliar de enfermagem.

Atividades a serem desempenhadas

No exercício de suas funções, o profissional de apoio escolar deverá auxiliar o estudante nas atividades da rotina escolar, observando e estimulando sua autonomia.

Entre as atividades previstas estão:

- apoio nas atividades pedagógicas e acadêmicas;
- auxílio em cuidados básicos, alimentação, higiene, locomoção e posicionamento, quando necessário;
- acompanhamento em atividades em sala de aula ou em outros ambientes institucionais;
- apoio à participação do estudante em atividades acadêmicas, avaliações e processos institucionais.

Nos casos em que o estudante necessite de apoio relacionado à higiene pessoal ou uso de sanitários, deverá ser observada, sempre que possível, a compatibilidade entre o profissional designado e as condições necessárias para garantir a privacidade, dignidade e conforto do estudante atendido.

Gestão e supervisão dos serviços

A contratada deverá designar preposto responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e pela interlocução com a Administração.

Esse preposto deverá executar o atendimento de forma remota, devendo manter disponibilidade contínua para comunicação com a Administração, inclusive mediante a disponibilização de canais diretos de contato (telefone e e-mail institucional ou corporativo), a fim de assegurar a agilidade no atendimento das demandas.

O preposto deverá, ainda, estar disponível para prestar esclarecimentos, receber orientações da Administração e adotar as providências necessárias para a adequada execução dos serviços.

A empresa contratada será responsável pela gestão administrativa dos profissionais disponibilizados, incluindo supervisão, substituição e demais providências necessárias para assegurar a continuidade da prestação dos serviços.

Nos casos de ausência, afastamento ou desligamento de profissionais, a contratada deverá providenciar substituição por profissional com qualificação equivalente ou superior àquela exigida para a função, de forma a não comprometer o atendimento educacional especializado.

Condições de execução

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os profissionais da contratada e a Administração Pública, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade ou subordinação direta entre os empregados da contratada e o órgão contratante.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas de acessibilidade, inclusão educacional e proteção da pessoa com deficiência, bem como com as diretrizes institucionais do IFSP para o Atendimento Educacional Especializado.

Gestão de riscos contratuais

Será adotado o mecanismo de conta vinculada, como instrumento de mitigação de riscos relacionados ao cumprimento das obrigações trabalhistas, nos termos do art. 18, §1º, inciso I, da Instrução Normativa nº 05/2017.

Por se tratar de serviço comum, a contratação não envolve transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas, nem licenciamento de direitos de uso ou exploração de criação protegida.

5. Levantamento de Mercado

Identificaram-se duas possibilidades disponíveis no mercado: a **contratação sob demanda de serviços** e a **contratação de serviços com mão de obra exclusiva**.

A **contratação de serviços com mão de obra exclusiva** para as funções de Tradutor Intérprete de Libras e Profissional de Apoio Escolar apresenta claras vantagens em relação à contratação sob demanda, especialmente quando se trata do atendimento a alunos com necessidades educacionais específicas. Essa modalidade de contratação contribui para a continuidade e qualidade do serviço educacional inclusivo, conforme justificativas a seguir:

1. Proximidade e Vinculação com o Aluno

A contratação com mão de obra exclusiva permite que o profissional desenvolva um vínculo mais próximo com o aluno. Esse relacionamento contínuo é essencial, pois facilita a criação de uma relação de confiança e compreensão mútua, além de possibilitar o conhecimento detalhado das particularidades e necessidades do estudante. No caso de alunos com deficiência auditiva ou dificuldades de aprendizagem, a interação constante com um Tradutor Intérprete de Libras ou um Profissional de Apoio Escolar é vital para garantir a efetividade das estratégias pedagógicas, o progresso acadêmico e a acessibilidade comunicacional contribuindo para a permanência, participação e aprendizagem do estudante em igualdade de condições.

Por outro lado, a **contratação sob demanda** pode resultar em uma rotatividade elevada de profissionais, dificultando a construção desse vínculo e comprometendo a adaptação do aluno ao suporte oferecido. A falta de continuidade pode acarretar prejuízos à aprendizagem, além de gerar insegurança nos estudantes e suas famílias.

2. Previsibilidade e Consistência no Atendimento

Com mão de obra exclusiva, o profissional estará sempre disponível para acompanhar o aluno ao longo de sua rotina escolar, garantindo a consistência do atendimento pedagógico e a previsibilidade nas ações de suporte. Esse acompanhamento contínuo é particularmente importante em atividades regulares, como aulas, avaliações e projetos, e em situações imprevistas, como a necessidade de uma interpretação urgente ou o apoio psicológico em momentos de crise.

Na contratação sob demanda, o atendimento ocorre apenas em momentos específicos, o que pode gerar lacunas no suporte prestado. Por exemplo, caso o profissional não esteja disponível em determinados horários, o aluno pode ficar desamparado em atividades escolares importantes.

3. Integração ao Ambiente Escolar

Os profissionais contratados em regime de dedicação exclusiva têm a oportunidade de se integrar plenamente à equipe pedagógica, participando do planejamento educacional e das discussões interdisciplinares. Essa integração facilita a adaptação do currículo e das práticas pedagógicas às necessidades dos alunos, promovendo uma abordagem inclusiva e participativa.

Em contrapartida, profissionais sob demanda tendem a atuar de forma isolada, sem uma conexão sólida com a equipe escolar, o que pode limitar sua contribuição ao planejamento educacional.

4. Garantia de Qualidade no Atendimento

A presença contínua de profissionais dedicados possibilita a implementação de um acompanhamento sistemático e personalizado. Eles podem monitorar o desenvolvimento do aluno, identificar precocemente eventuais dificuldades e propor intervenções eficazes. Esse padrão de qualidade é mais difícil de alcançar com profissionais sob demanda, que podem não ter tempo suficiente para um diagnóstico aprofundado ou uma intervenção estratégica.

Conclusão

Embora a contratação sob demanda possa, em tese, ser possível, a **contratação com mão de obra exclusiva** se revela opção mais adequada, mais eficiente e eficaz para atender alunos com necessidades educacionais específicas. Essa modalidade não apenas assegura a proximidade e o vínculo necessário entre o profissional e o aluno, mas também garante um atendimento contínuo, consistente e integrado, promovendo a inclusão e o pleno desenvolvimento educacional desses estudantes.

6. Descrição da solução como um todo

Não há SRP vigente com o mesmo objeto para contratação. Portanto, a solução será a realização de um pregão pelo *Campus Itapetininga*, que permitirá atender de forma precisa e adequada à demanda específica do *Campus Itapetininga* , garantindo a qualidade dos serviços e o atendimento inclusivo aos alunos com necessidades educacionais especiais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme relatório/estudo elaborado pela área requisitante, o quantitativo necessário de profissionais para atendimento da demanda é o seguinte:

- **2 (dois) Tradutores e Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa**, com carga horária de **30 horas semanais** cada;
- **1 (um) Profissional de Apoio Escolar**, com carga horária de **40 horas semanais**.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 312.260,28

Pesquisa de preços da contratação.

Com relação à pesquisa de preços apoiou-se na IN SEGES 65/2021 e utilizou-se para compor os preços:

- A) outras contratações realizadas pela administração pública; e
- B) Pesquisa diretamente realizada com fornecedores;

O preço estimado para contratação foi conforme tabela abaixo:

GRUPO	Item	CATSER	Qty. Postos	Descrição sumária	Preço Estimado Unitário Mensal	Preço Estimado Total Mensal	Preço Estimado TOTAL ANUAL
				Contratação de serviços de			

1	1	12637	2	Atendimento Educacional Especializado (AEE), em caráter contínuo, com dedicação exclusiva de mão de obra contendo 2 postos de Tradutor Intérprete de Libras/português 30h (TILSP)	R\$ 8.146,73	R\$ 16.293,45	R\$ 195.521,45
	2	23124	1	Contratação de serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE), em caráter contínuo, com dedicação exclusiva de mão de obra contendo 1 posto de Profissional de apoio escolar 40h.	R\$ 6.778,07	R\$ 6.778,07	R\$ 81.336,84
TOTAL GERAL						R\$ 23.071,52	R\$ 276.858,29

Considerando que as funções terceirizadas não possuem Acordos ou Convenções Coletivas de trabalho, o valor salarial e benefícios **MÍNIMOS** a serem observados pelos interessados são previstos no **ESTUDO N.º 7/2026 - CLT-ITP**.

SALÁRIO E BENEFÍCIOS (MÍNIMO ACEITÁVEL)				
Item	Função	Salário Mensal	Vale Refeição /dia (22 dias)	Cesta Básica Mensal
1	Tradutor Intérprete de Língua de Sinais /Língua Portuguesa - TILSP 30h	R\$ 3.203,26	R\$ 20,73/dia	R\$ 185,52
2	Profissional de Apoio Escolar - 40h	R\$ 2.440,71	R\$ 20,73/dia	R\$ 185,52

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será dividida em itens num grupo único e tem como objetivo principal facilitar a gestão contratual, assegurando o atendimento ao princípio da eficiência e à economicidade. Essa estratégia permite uma coordenação mais coesa e reduz a possibilidade de conflitos ou inconsistências na execução dos serviços.

Além disso, a contratação de duas empresas distintas para a prestação de serviços similares poderia gerar maior complexidade na gestão e fiscalização do contrato, com o risco de duplicidade de procedimentos, divergências operacionais e dificuldades na coordenação das atividades. Isso poderia comprometer a qualidade do serviço prestado e aumentar os custos administrativos, contrariando os objetivos de uma gestão pública eficiente.

Agrupar os itens, portanto, não apenas simplifica o acompanhamento do contrato, mas também reduz os custos operacionais e administrativos, garantindo maior controle, uniformidade na execução dos serviços e otimização dos recursos públicos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há SRP vigente com o mesmo objeto para contratação.

VIDE ITEM do presente estudo: "Descrição da solução como um todo".

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada ao planejamento de compras do Campus Itapetininga do IFSP

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A Constituição Federal, em seu Artigo 208, inciso III, assegura às pessoas com deficiência o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Nesse sentido, o Conselho Nacional do Ministério Público[1] traz que "o atendimento educacional especializado deve ser entendido como o conjunto de técnicas ou estratégias de acessibilidade à educação que tem como objetivo oferecer subsídios para uma efetiva inclusão escolar de alunos com deficiência" (CNMP, 2016) .

A Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – amplia esse entendimento e a obrigação para o Estado, quando inclui que “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Lei de Acessibilidade nº. 10.098/2000 e o Decreto nº. 5.296/2004, que regulamenta a referida Lei, determinam que as instituições públicas e privadas devem promover a eliminação de barreiras para o atendimento a pessoas “portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida” e estabelecer mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e a sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Visando assegurar e promover, “em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”, a Lei 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – define as barreiras enfrentadas no cotidiano das pessoas com deficiência,

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...].

Assim, é dever da Escola Pública promover os esforços necessários à sua eliminação ou diminuição.

Nesse sentido, com essa contratação o IFSP busca assegurar o atendimento aos seus estudantes e à sociedade como um todo; fortalecer as políticas Inclusivas e afirmativas; e desenvolver ações que garantam a inclusão social das pessoas com necessidades educacionais específicas. Conforme prevê a legislação, espera-se romper as diversas barreiras existentes quanto à utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras); e ao oferecimento das assistências necessárias ao cotidiano escolar aos alunos com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, atendendo, assim, às várias determinações legais, constitucionais e infraconstitucionais, além do Planejamento Estratégico e o Projeto Político Pedagógico do IFSP, quando busca garantir o cumprimento da sua Função Social:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP), historicamente, constitui-se como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante, acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino e do trabalho, com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Neste sentido, busca construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, para a formação integradora e para a produção do conhecimento.

[1] “o CNMP tem como objetivo imprimir uma visão nacional ao MP. Ao Conselho cabe orientar e fiscalizar todos os ramos do MP brasileiro: o Ministério Público da União (MPU), que é composto pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Militar (MPM), Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); e o Ministério Público dos Estados (MPE).” (<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/o-cnmp/apresentacao>)

13. Providências a serem Adotadas

- **Elaboração do Termo de Referência (TR):**

Desenvolver um TR detalhado que especifique as funções, cargas horárias e qualificações exigidas para os cargos de Tradutor Intérprete de Libras e Profissional de Apoio Escolar, garantindo que as necessidades específicas do IFSP – *Campus* Itapetininga sejam atendidas.

- **Análise de Compatibilidade Legal e Orçamentária:**

Verificar a conformidade da contratação com a legislação vigente, além de assegurar a previsão orçamentária para cobrir os custos do contrato.

- **Definição da Modalidade Licitatória:**

Optar por pregão eletrônico, em conformidade com os princípios de eficiência e economicidade, visando selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública.

- **Agrupamento de Itens:**

Licitatar os serviços de Tradutor Intérprete de Libras e Profissional de Apoio Escolar em um único processo, para facilitar a gestão contratual e evitar duplicidade de empresas, reduzindo a complexidade na fiscalização e execução do contrato.

- **Publicação do Edital:**

Divulgar o edital no Diário Oficial e nos meios eletrônicos pertinentes, assegurando ampla publicidade e concorrência no processo licitatório.

- **Composição da Comissão de Licitação:**

Designar uma comissão ou pregoeiro responsável pela condução do processo licitatório, conforme as normas legais e regulamentares aplicáveis.

- **Planejamento de Fiscalização Contratual:**

- Nomear gestor e fiscais de contrato capacitados para monitorar a execução dos serviços, garantindo que o atendimento seja contínuo e de qualidade, conforme as especificações do TR.

- **Cláusulas Contratuais Específicas:**

Inserir no contrato cláusulas que assegurem o cumprimento das obrigações, como critérios de avaliação de desempenho, rescisão contratual em caso de descumprimento e penalidades.

- **Adequação do Ambiente Escolar:**

Garantir que os espaços físicos, materiais e equipamentos necessários para o trabalho dos profissionais contratados estejam disponíveis e adequados às suas atividades.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Devido à natureza da contratação em tela, que envolve contratação de serviços especializados no apoio aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o qual não demanda, à princípio, a utilização de equipamentos ou materiais informa-se que não foram identificados possíveis impactos ambientais decorrentes dos serviços prestados.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme o presente estudo, a equipe de planejamento conclui que a contratação nos moldes expostos é viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUSSARA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA

Membro da comissão de contratação

DOUGLAS RIBEIRO NUNES

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 11:33:48.

MARIANA DE MORAES LANZA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 11:27:57.

CAROLINA MANDARINI DIAS

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudo_Relatório Técnico - NAPNE.pdf (102.32 KB)
- Anexo II - Estudo de salario.pdf (76.18 KB)